

ADVOCACIA ADMINISTRATIVA E AS RUINOSAS ENCAMPACÕES DA S. PAULO NORTHERN, DA CITY OF SANTOS, DO BANCO HYPOTHECARIO, DE SANTOS A JUQUILA E DA SOROCABANA.

# Os actuaes esforços da advocacia administrativa para que a desapropriação da Northern seja mantida.

Concluimos o nosso ultimo artigo pelas seguintes linhas:

“Em face da exposição da nossa verdadeira situação financeira, que terá de ser feita na proxima mensagem presidencial, daqui ha seis semanas, só um demente, ou um vendido, podia advogar a manutenção das encampações ou das desapropriações que não foram ainda ultimadas...”

E', porém, um facto que a advocacia administrativa do senador ADOLPHO GORDO, e dos seus amigo, está fazendo esforços desesperados para conseguir do actual governo que este mantenha a desapropriação da Northern, embora esta medida seja contraindicada, na situação actual das nossas finanças.

Quando o syndicato da desapropriação conseguiu do governo do sr. Arantes, o almejado decreto, aproveitou uma situação passageira de que a Northern era a victima.

A estrada se achava assoberbada pelo extraordinario augmento, que se dera, de repente, no seu trafego. Devido aos preços elevadissimos que as nações belligerantes chegaram a pagar, durante a guerra, pelos cereaes, a produção da zona, nestes generos, tinha-se rapidamente multiplicado. Por outro lado, era impossivel durante a guerra adquirir mais material de tracção. Emfim, — em vez de ajudar a Northern nessa crise passageira de transportes, emprestando-lhe vagões e locomotivas, a Paulista — chefiada pelo CONSELHEIRO PRADO e pelo sr. GABRIEL PENTEADO, que se achavam á testa do syndicato da desapropriação, — fazia o que podia para tornar a crise mais aguda, prendendo os vagões da Araraquarense nos momentos da colheita.

O syndicato da desapropriação aproveitou habilmente as difficuldades causadas á Northern por essa situação anormal, para arrancar do anterior governo, o decreto de desapropriação com que queria enriquecer á custa do Thesouro...

O governo do sr. Altino Arantes cedeu, embora convencido de que a medida era illegal, por não se poder enquadrar em nenhum dos casos do art. 590 do Codigo Civil. E' que a considerava como uma medida de circumstancia, e que poderia ser annullada antes de ter a justiça federal se pronunciado a respeito da sua validade, (seja em grau de recurso extraordinario, seja numa acção em annullação do decreto).

Pouco depois de executado o decreto, o actual governo succedia ao anterior.

O syndicato da desapropriação que pleiteára perante o sr. Altino a decretação da medida como devendo ser um acto temporario, está agora se esforçando para conseguir do sr. Washington que a torne definitiva, — (até sua annullação judicial), — com o pagamento da indemnisação, modificando assim a orientação do governo anterior.

Embora o actual presidente esteja, constantemente, allegando que a responsabilidade da actual situação financeira não lhe cabe, mas aos governos anteriores, a advocacia administrativa do senador ADOLPHO GORDO esforça-se para que elle vá ainda mais longe, do que os governos anteriores, no caminho das despesas desnecessarias e, portanto, injustificaveis no presente estado de disequilibrio orçamentario.

Seria desta forma o actual governo que teria a effectiva responsabilidade desta sangria no nosso Thesouro, assim como da indemnisação que o Estado será afinal condemnado a pagar á Northern, quando a desapropriação fôr declarada nulla pela justiça federal.

Já demonstrámos que a ser julgada procedente a acção que o conselheiro Prado move á Northern perante a justiça federal o syndicato interessado na desapropriação, (e a cuja frente se acham L. Behrens und Sohne, de Hamburgo, representados pelo senador ADOLPHO GORDO, no processo de desapropriação), ganhará 13.000 contos liquidos com a desapropriação.

Vale, pois, a pena para este syndicato, remunerar generosamente os advogados administrativos, que podem lhes proporcionar tão formidavel lucro.

Mas, será possivel que esses advogados consigam que o actual governo lhes faça a vontade, precisamente no momento em que vae ter de expôr ao Congresso a terrivel situação das nossas finanças, pedindo a votação de novos impostos, quando vae ter de lançar, sem certeza de exito, um novo emprestimo de 120.000 contos?